

Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Disciplina: Projeto de Curso

**DISCURSO, DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO E FRAGMENTAÇÃO
IDENTITÁRIA: UMA REFLEXÃO**

Taian Borges Rocha

Brasília, 2014.

TAIAN BORGES ROCHA

**DISCURSO, DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO E FRAGMENTAÇÃO
IDENTITÁRIA: UMA REFLEXÃO**

Trabalho apresentado como requisito para
conclusão do curso de licenciatura em
Letras – Português, da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana de Freitas
Dias.

Brasília, 2014.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	
2.1 Ideologia	6
2.2 Identidade	8
2.3 Análise do Discurso Crítica	10
2.4 Pedagogia Radical	13
3. HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO	14
4. DISCURSO E FRAGMENTAÇÃO	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6. REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

As transformações na sociedade, nas últimas décadas, têm sido significativas e bastantes expressivas. De acordo com Fairclough & Chouliaraki (1999), o avanço da tecnologia e o consumismo desenfreado, fruto da insatisfação da população que deseja sempre algo inovador e inédito, deram uma nova cara ao corpo social – mais do que nunca – capitalista.

Transformação mais significativa ainda foi no quesito *comunicação*. As fronteiras que separavam as pessoas foram rompidas através das tecnologias telecomunicativas. Esse novo aspecto fez com que a população tivesse uma nova forma de interação. Uma nova percepção de espaço e tempo surgiu. As ideias e opiniões do senso comum são agora fácil e, quase sempre, passivamente compartilhadas e reproduzidas pela massa populacional.

Fairclough & Chouliaraki (1999) afirmam que essa nova fase da vida social pode ser chamada de *modernidade tardia*, embora outros sociólogos como Bauman e Giddens a denominem de modernidade líquida e pós-modernidade, respectivamente. Para os analistas do discurso, a modernidade tardia marca um período, apesar de aberto a novas possibilidades e oportunidades para as pessoas, o qual carrega consigo também a desconstrução do senso de comunidade e da crença em fazer parte de algo.

Com isso é deflagrada uma fragmentação da identidade social e constitutiva do indivíduo pois, de acordo com Stuart Hall (1992), as sociedades pós-modernas são definidas como sociedades com mudanças constantes, rápidas e não permanentes, isso que as diferenciam das sociedades tradicionais, pois, de acordo com Giddens (2002), nas sociedades tradicionais os símbolos que representam o passado são valorizados e venerados pois perpetuam os costumes das gerações anteriores, o que não acontece com propriedade no período atual.

Este processo fragmentativo é verificável claramente no contexto educacional onde percebemos alunos deslocados e professores desvalorizados.

Como tudo passa a ser muito efêmero e há constantes migrações – por necessidades de estudo, trabalho etc. – a sociedade perde a noção de unicidade, de pertencimento, e a falta de sentido passa a dominar a mente das pessoas, existindo agora a sensação de impotência e de incompreensão do meio no qual o indivíduo passa a se integrar.

O indivíduo, fruto da relação dialética discursiva e interacional com as estruturas sociais, acaba por ter a visão de mundo modificada e entende os processos sociais, que

são produzidos e podem ser alterados por ele próprio, como algo normal, natural (da natureza) e assim, aceita passivamente o que é imposto pelas instituições manipuladoras, incluindo o senso comum e os discursos midiáticos.

Surge, então, a necessidade crescente de teorizar e analisar criticamente a modernidade tardia a fim de contribuir para o fortalecimento da constituição do sujeito e de sua identidade unificada e para a conscientização da sociedade quanto ao seu papel fundamental na manutenção e na evolução das normas sociais impostas pela elite capitalista que só visa o próprio bem estar e o lucro, não se importando com a vida em sociedade, com as necessidades por ela demandada, principalmente no que diz respeito à educação.

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns conceitos importantes como Ideologia, Identidade, Análise do Discurso Crítica e Pedagogia Radical, fazendo relação com as mudanças nos processos educacionais brasileiros, a fim de refletir sobre a crescente e contínua fragmentação da identidade tanto docente como discente.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Ideologia

A vida social, na modernidade, é caracterizada pela crescente ampliação da produção e troca de formas simbólicas (expressões linguísticas, gestos, ações, obras de arte), que, com o passar dos anos, assumiu novo aspecto e foi impulsionada pelo progresso na produção, transmissão e na abrangência da circulação, alcançando agora muito mais pessoas.

O termo ‘ideologia’ surgiu no final do século XVIII, na França. Seu significado passou por várias transformações, com debates teóricos contínuos. De acordo com Thompson (2011):

Ideologia é o pensamento do *outro*, o pensamento de alguém diferente de nós. Caracterizar um ponto de vista como ideológico é, tem-se a impressão, já criticá-lo implicitamente, pois o conceito de ideologia parece transmitir um sentido negativo, crítico. (THOMPSON, 2011, p. 14).

A ideologia, também transmitida pelos meios de comunicação de massa, é tida como um mecanismo de controle social, que manipula e controla a consciência de grupos e não como um fenômeno que acompanha os processos sociais.

A palavra ‘ideologia’ tem seu conceito reformulado por Thompson (2011) que tenta tirar o sentido negativo que este termo carrega, e aponta quatro benefícios dessa reformulação conceitual: 1) possibilita evitar a tendência de ver ideologia como um estabilizador da sociedade moderna; 2) permite evitar a tendência de pensar ideologia como uma característica de formas simbólicas; 3) possibilita evitar a tendência de pensar ideologia apenas em relação a formas de poder que estão institucionalizadas no estado moderno e; 4) impede também a tendência de pensar ideologia como ilusão, como uma ideia contrária e alterada do que é real.

O conceito de ideologia alude às maneiras de como o significado serve para constituir e sustentar relações de dominação e poder. Nas palavras de Thompson: “Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*” (THOMPSON, 2011, p.16).

A análise ideológica integra interesses da ação e da interação, das formas de poder e dominação, do caráter da estrutura social, da reprodução e mudança social, das qualidades das formas simbólicas, de seus papéis na vida social, da medida em que as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação e dos contextos da vida cotidiana.

Nesse sentido interessa destacar que a “Ideologia é uma característica criativa e construtiva da vida social que é sustentada e reproduzida, contestada e transformada, através de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p.18).

O desenvolvimento da comunicação de massa, a globalização a democratização do ensino transformaram de forma significativa a cultura, e assim a ideologia de grupos específicos. Cultura, segundo Thompson (2011), é um termo que pode ser utilizado para se referir ao caráter simbólico da vida social. Essas formas simbólicas são fenômenos significativos produzidos, recebidos e transmitidos por pessoas em contextos específicos e passam por um processo de valorização tanto simbólica quanto econômica.

O lado positivo dessa expansão e difusão dos mecanismos sociais é que agora há a possibilidade das pessoas interagirem com outras que estão distantes e é também o principal meio de transmissão da ideologia na sociedade moderna.

Este processo de expansão modificou a estrutura educacional dando outra cara ao processo educativo, modificando as identidades antes estabelecidas e os discursos cristalizados. Mais pessoas tiveram acesso ao ensino e à informação, e com isso houve mudanças significativas que transformaram as condições de vida das pessoas na sociedade moderna:

É apenas com o desenvolvimento da comunicação de massa que os fenômenos ideológicos podem tornar-se fenômenos *de massa*, isto é, fenômenos capazes de afetar grande número de pessoas em locais diversos e distantes. Se a comunicação de massa se tornou o meio mais importante para a operação da ideologia nas sociedades modernas, isso se deve ao fato de ela se ter transformado num meio importante para a produção e transmissão de formas simbólicas, e porque as formas simbólicas assim produzidas são capazes de circular numa escala sem precedentes, alcançando milhões de pessoas que compartilham pouco em comum além da capacidade de receber mensagens mediadas pelos meios (THOMPSON, 2011, p. 31).

2.2 Identidade

De acordo com Stuart Hall (1992), a fragmentação da identidade na modernidade tardia é reflexo do processo de mudança e deslocamento dos encadeamentos centrais das sociedades que abalam os pontos de referências que estabilizavam o ser social e que definiam suas identidades. Isso afeta diretamente no processo educativo, pois indivíduo fragmentados tendem a reestruturar o meio social no qual estão inseridos.

A sociedade moderna sofreu forte influência da globalização, isto é, sofreu mudanças no que diz respeito à noções de tempo, espaço e movimento. Com a globalização o espaço interacional dos indivíduos foi encurtado e o acesso à todo tipo de informação foi facilitado.

Esta sociedade é produto de mudanças constantes, rápidas e não permanentes. O fluxo de informação e a possibilidade de interação fez com que houvesse uma reestruturação da vida social e um deslocamento das identidades nacionais (Stuart Hall, 1992).

Houve também a possibilidade e a necessidade do homem migrar para centros urbanos e com isso teve acesso à diferentes culturas e crenças. O que antes era unificado, determinado e individual, passa a ser, com a globalização, global, fragmentado, cheio de possibilidades e interpretações. Há assim uma desconstrução da identidade do indivíduo:

Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais. Alguns teóricos culturais argumentam que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural [...] (HALL, 1992, P. 73-74).

Percebe-se assim que as identidades antigas e fixas, as quais estabilizaram e deram sentido à vida social por tanto tempo, estão em declínio. Em contrapartida novas identidades estão surgindo, porém identidades fragmentadas que faz com que o sujeito tenha, cada vez mais, uma “crise de identidade” não sabendo mais a qual meio e contexto ele pertence. O sujeito percebe-se dividido e deslocado socialmente, e sem o sentimento de identificação nacional o homem moderno é submetido a um sentimento de perda subjetiva.

Stuart Hall (1992) afirma que uma nação é uma comunidade simbólica representada por sua cultura nacional. A formação dessa cultura nacional possibilita criar padrões universais e instituições culturais (alfabetização, escola, família, igreja, língua vernacular) a fim de criar uma cultura homogênea e produzir sentido com os quais podemos nos identificar e construir nossas identidades.

Todo esse processo de construção de sentidos é criado a partir da prática discursiva. O discurso da cultura nacional constroi identidades ambíguas e fragmentadas no contexto da sociedade moderna tardia.

Stuart Hall (1992) aponta a importância de não conceber a identidade como uma regra fixada e definida, mas sim como algo que está em constante transformação assim como a sociedade moderna.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 1992, p. 39).

2.3 Análise do discurso crítica – ADC

A ADC, como ciências sociais, tem por objeto de estudo as relações entre as esferas da vida social, da atividade econômica, política e cultural. Estuda a interação discursiva que reflete a ideologia dominante e a fragmentação identitária, todos esses processos influenciam na estruturação da educacional no Brasil.

A *vida social* é composta de práticas. O processo social é constituído por *práticas sociais* e o discurso é considerado um elemento, um momento dessa prática social.

Por prática social compreendemos maneiras, hábitos vinculados a determinados momentos e lugares, em que as pessoas utilizam de recursos para agir conjuntamente no mundo. As práticas constituem conexão entre as estruturas abstratas e as concretas – entre a sociedade e as pessoas que vivem nela e, de acordo com Fairclough & Chouliaraki (1999) as práticas têm três características principais:

Primeiro, elas são formas de produção da vida social, não só de produção econômica, mas também de produção nos domínios culturais e políticos. Segundo, cada prática está localizada dentro de uma rede de relações com outras práticas, e essas relações “externas” determinam a sua constituição “interna”. Terceiro, as práticas têm sempre uma dimensão reflexiva: as pessoas sempre geram representações do que fazem como parte do que elas fazem. (FAIRCLOUGH & CHOULIARAKI, 1999).

As redes de práticas são mantidas por relações sociais de poder. Essas relações se chamam “estrutura de domínio” e são encadeamentos que incluem as relações de dominação capitalistas entre as classes sociais, as relações de gênero patriarcal e as relações raciais e coloniais difundidas entre as práticas de uma sociedade.

Essas relações de dominação, de acordo com Gramsci (1978), são baseadas em consentimento, ao invés de coerção, pois ficou claro que dessa forma era possível manter o poder. Este é o conceito de *hegemonia*, que enfatiza a importância da ideologia para alcançar e manter relações de dominação.

A motivação da ADC, a partir de análises das transformações na linguagem e no discurso, é exatamente esta: contribuir para a conscientizar a população do que ela é, do que ela faz parte, como ela veio a ser e do que ela pode tornar-se, para ser capaz de fazer e refazer sua vida onde quer que seja necessário, sem a desconstrução e a fragmentação da identidade individual (Fairclough & Chouliaraki 1999).

Essa fragmentação e desconstrução da identidade na modernidade tardia é justificada, em parte, pela pluralidade e a proliferação das línguas e das formas de usar a

língua em público, ou seja, pelas possibilidades de interação que a globalização proporcionou.

As pessoas passaram a ter a necessidade de conversar, de dialogar, trocar ideias e experiências, e os meios de comunicação de massa possibilitaram isso.

O diálogo, como forma discursiva, é uma expressão ideológica que permite perceber diferenças de ideias, de crenças, de valores, de desejos, de relações de poder entre outras. É a reprodução da visão de mundo do indivíduo, repleto por todas as influências pelas quais foi submetido. Por isso é necessário reconhecer a importância social do discurso e analisar quais influências constituíram-no.

A ADC, de acordo com Fairclough & Chouliaraki (1999), tem por objetivo identificar essas influências nos discursos que são reproduzidos a fim de entender e tentar “resolver” problemas sociais da contemporaneidade. Inclusive problemas educacionais que são a base estrutural das sociedades desenvolvidas econômica e socialmente.

A ADC contribui com os problemas contemporâneos pois busca encontrar formas eficazes de diálogo entre as diferenças. A ADC é uma questão de democracia no sentido em que seu objetivo é elucidar o controle democrático do uso social da linguagem contemporânea, não só no espaço público mas também nos privados. Ela proporciona que o sujeito tome consciência social e se posicione de forma crítica a fim de propiciar mudanças que melhorem o quadro social a partir da conscientização discursiva (Fairclough & Chouliaraki 1999).

Parte do projeto da ADC vem defender uma Consciência Crítica da Linguagem – CLC – como um elemento fundamental para a educação em uma sociedade democrática, pois a linguagem é central para a vida social contemporânea, de modo a romper com o desmedido controle político-social e com a luta pelo poder.

A CLC é uma proposta de alguns linguistas da Universidade Lancaster, os quais consideram a linguagem elemento constitutivo da sociedade, tanto no domínio ideológico como nas relações de poder (DIAS, 2011). A linguagem, por ser constituída em momentos interacionais, molda e reproduz a ideologia e as relações de poder.

A partir da CLC podemos perceber o hibridismo – formas peculiares, específicas e determinadas com diferentes possibilidades de interpretação – que os discursos e os processos de leitura carregam. O hibridismo possibilita diferentes interpretações dos discursos e faz com que novos sentidos surjam a partir de um mesmo texto. Essas diferentes maneiras de se interpretar um único texto corroboram a

fragmentação identitária da sociedade, pois a unicidade e a interpretação una de um fato não é mais uma realidade, uma certeza ou verdade absoluta.

Assim as pessoas passam a se questionar acerca de tudo, e faz com que a sociedade moderna tardia seja uma sociedade moderna reflexiva, com a capacidade de usar o conhecimento sobre a vida social para transformá-la.

Reflexividade, de acordo com Giddens (2002) está ligada ao princípio da dúvida, da reflexão, da possibilidade de rever conceitos e chegar a novos conhecimentos e conclusões. Para Choularaki & Fairclough (1999) as práticas teóricas devem ser reflexivas no sentido de iluminar suas próprias condições e possibilidades.

O discurso possibilita a reflexividade nas práticas sociais, e a ADC, nesse sentido, estuda as mudanças discursivas que contribuem para as mudanças nas práticas, analisando a relação entre o discurso e outros momentos dessas práticas.

Emerge, então, um quadro de tensão. Uma dialética entre a homogeneização do discurso (buscada pela elite manipuladora) e a proliferação e hibridismo do discurso. A homogeneização está ligada a reprodução passiva de um mesmo discurso, de um discurso cristalizado, indo em oposição à reflexividade e ao hibridismo. Essa dialética caracteriza a modernidade tardia, e a ADC tenta justamente fornecer uma explicação crítica coerente da sociedade moderna tardia e suas transformações.

As ideologias, com função reflexiva de auto-construção, são construções de práticas de perspectivas particulares que buscam “resolver” os dilemas e as contradições das práticas sociais em desacordo com os interesses da classe dominante, a partir da relação discursiva da sociedade. Para Choularaki & Fairclough (1999):

Podemos dizer que o discurso de uma prática é colonizado por um outro discurso, ou que este último se apropria do anterior, dependendo de como as relações de poder são expressas nas relações entre as práticas e os discursos. Assim, as ideologias são relacionadas a construções de dominação de uma prática que são determinadas especificamente por relações discursivas entre as práticas e outras práticas. (FAIRCLOUGH & CHOULIARAKI, 1999).

A fim de diminuir os efeitos e influências da ideologia dominante nas demais classes sociais, as *práticas* devem ser reflexivas no sentido de compreender e identificar os mecanismos que produzem os antagonismos e entender seu lugar nas relações e nas lutas sociais. Isso é possível a partir da construção reflexiva de um discurso que seja capaz de gerar reivindicações com argumentações eficazes na esfera pública.

Essa construção reflexiva do discurso é de extrema importância no contexto da modernidade tardia – caracterizada pela crescente complexidade e fragmentação social

–, pois fornece alternativas para a vida social, buscando melhorias e mudanças para os problemas existentes na sociedade moderna.

2.4 Pedagogia Radical

A Pedagogia Radical, aliada à ADC, propicia uma reflexão crítica de extrema importância para a modernidade tardia. Ela evidencia as relações e noções de poder, controle social e luta popular na tentativa da conscientização da realidade dos envolvidos no processo educacional a fim de alcançar possíveis mudanças e melhorias para a sociedade. Nas palavras de Giroux (1997):

A pedagogia crítica [...] daria ênfase a formas de aprendizagem e conhecimento direcionadas à provisão de uma compreensão crítica de como a realidade social funciona; ela focalizaria a forma como certas dimensões de tal realidade são sustentadas; focalizaria a natureza de seus processos formativos; e também focalizaria a maneira pela qual seus aspectos relacionados com a lógica da dominação poderiam ser mudados. (GIROUX, 1997, p. 219).

Para que esse objetivo seja alcançado é necessário que os educadores críticos tenha como ponto de partida, no processo educacional, a realidade e o contexto social, histórico e econômico dos estudantes a fim de compreender como esses sujeitos dão significado ao seu mundo particular.

De acordo com Giroux (1997), é necessário que os professores como intelectuais transformadores desenvolvam, no ambiente escolar, reflexões críticas sobre a ideologia dominante opressora e reguladora, para que exista a possibilidade de lutas contra hegemônicas auto-emancipadoras que façam com que o ser social seja um sujeito livre para escolher e opinar sobre sua realidade e existência.

Essas reflexões que possibilitam mudanças e melhorias sociais são reproduzidas através da prática discursiva. Elas são “parte de um discurso que questiona como o poder, a dependência e a desigualdade social estruturam as ideologias e práticas que capacitam e limitam os estudantes em torno de questões de classe, raça e gênero” (GIROUX, 1997, p. 141).

3. HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A questão identitária no Brasil é complexa tendo em vista a história constitutiva do país. Temos, no território brasileiro, a interação de diversas culturas. Temos africanos, indígenas, portugueses, cada um com uma identidade e cultura específica e particular.

Essa interação deu origem ao povo brasileiro. Uma sociedade complexa, estratificada, segregada, com profundas marcas e resquícios da escravidão e da dizimação dos povos indígenas.

O Brasil foi ‘descoberto’ para ser colônia de exploração de Portugal e não colônia de povoamento. Apenas em 1808 (três séculos depois do ‘descobrimento’), com a vinda da família real ao Brasil é que houve o estímulo do desenvolvimento das artes.

Foi criado o Museu Nacional, a Biblioteca Real, a Escola Real de Artes e o Observatório Astronômico. Vários cursos também foram criados como o de Agricultura, Medicina, Química, Desenho Técnico e etc. nos estados da Bahia e Rio de Janeiro.

Essa realidade, como se vê, tem mudado com o tempo, porém a exploração excessiva deixou marcas profundas em nossa sociedade.

O primeiro modelo educacional existente no Brasil colônia é o Tradicional, com os jesuítas em 1549. O objetivo aqui era a “domesticação” dos índios: ganhar suas almas para Deus e fazer uma interação de modo com que os portugueses conseguissem explorar as terras sem maiores problemas e conflitos.

Em 1564 os jesuítas assumem também a educação para os brancos. Esta escola receberia órfãos portugueses e filhos da elite colonial que se encontravam no Brasil.

Este método perdurou por cerca de dois séculos até Marquês de Pombal expulsar os jesuítas do território brasileiro a fim de organizar uma escola que servisse os interesses da coroa portuguesa. E nessa época temos pela primeira vez o Estado como organizador da educação brasileira.

Em 1889 a família real deixa o Brasil e é proclamada a Primeira República e com isso a 1ª constituição que prioriza o ensino leigo nas escolas públicas opondo-se ao ensino religioso instaurado durante todo o período colonial. Aqui se percebe também uma maior autonomia do ensino, onde cada estado tem a liberdade de elaborar o ensino de acordo com a necessidade da população local.

Podemos perceber então mudanças significativas na configuração da educação brasileira a partir do século XX. As reformas educacionais foram constantes a partir de

1920 com a Escola Nova, que critica o conteudismo e o autoritarismo vigentes no modelo educacional anterior.

Em 1930, na Segunda República, Getúlio Vargas assume o poder e temos uma outra configuração educacional. A mão de obra especializada torna-se exigência no mercado de trabalho e os ensinamentos literários e clássicos ficam em segundo plano. Temos pela primeira vez, em 1934, a educação como direito de todos devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Porém, com o Estado Novo, em 1937, o texto onde diz que a educação é direito de todos é retirado da constituição e decretos regulamentam reformas no ensino secundário e industrial.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, há uma redemocratização da educação brasileira e o ensino primário passa a ser obrigatório, direito de todos e dever da família e do Estado. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases educacionais – passa a ser discutida para ser aprovada.

Getúlio Vargas reassume o poder em 1951 e entra em discussão o modelo de escola-classe e escola-parque. As discussões didático-pedagógicas de Piaget ganham espaço no contexto educacional e o MEC – Ministério da Educação e Cultura – passa a administrar a educação.

Com Juscelino Kubitschek no poder, em 1956, houve o impulso da industrialização, desenvolvimento econômico do Brasil e a integração nacional, sem dar prioridade à educação. Pensou-se aqui na educação técnica, na educação profissional, para o desenvolvimento industrial do país.

Com esse novo modelo educacional, os defensores da rede privada de ensino ganham espaço e motivos para a expansão do ensino privado. Eles defendiam que a família deveria ter a liberdade de escolher o ensino que mais achasse adequado para seus filhos, e não ficar a mercê do que o governo tem a oferecer quanto à educação.

Com a LDB aprovada e estabelecida em 1961, dando apoio ao ensino privado, a escola pública deixa de ser preocupação e prioridade do Estado, pois a elite estaria bem servida podendo escolher e pagar a escola dos filhos.

O ensino público seria então para quem não tivesse condições financeiras de escolher uma escola privada de qualidade. Ou seja, o ensino público seria para os pobres.

Porém, houve grandes defensores do ensino público e da alfabetização da população brasileira. A democratização do ensino entra novamente em cena e objetiva

alcançar as classes mais pobres da sociedade a fim de alcançar uma sociedade alfabetizada. O resultado disso seria a grande população pobre e analfabeta dentro das escolas públicas e a migração da elite para as escolas privadas.

O Golpe Militar, em 1964, mudou consideravelmente o ensino. O foco aqui era a modernização das universidades a expansão do ensino obrigatório para oito anos. Teria acesso às universidades quem fosse aprovado por um processo seletivo, pois não havia vagas para toda a população, e assim apenas os ‘capacitados’ ingressariam no ensino superior.

Percebe-se então uma estratificação crescente na educação: apenas quem tivesse passado por um ensino básico adequado (em sua maioria alunos provenientes de escolas particulares) é que teria acesso às universidades.

A universidade passou então a ser sinônimo de intelectualismo, capacidade e prosperidade financeira: lugar da elite.

Nesse contexto a educação fica assim dividida: escola pública para a população pobre; escola particular para a população rica; universidade para a população rica (que estudou em escolas particulares); e o governo sem precisar dar prioridade à educação, pois a elite tinha como pagar uma boa escola.

Percebe-se, diante do histórico escolar brasileiro apresentado, uma migração do alunado elitista da escola pública para a escola particular. Diante disso é interessante questionar-se se aconteceu o mesmo com a classe docente.

Os professores, até o século XX, eram vistos como uma autoridade extrema dentro e fora do contexto escolar. Eles tinham um papel e um lugar importante dentro da sociedade. Eram intelectuais.

Nas escolas primárias públicas, quando ainda era lugar da elite, os professores eram intelectuais que se preocupavam com a formação discente e com as questões educacionais.

Com a democratização do ensino e com a entrada das classes populares às escolas, percebemos também um êxodo da elite docente (além da discente) primeiro para as escolas particulares e em seguida para as universidades.

O ensino público obrigatório onde se encontram as classes populares foi abandonado pela elite (discente, docente e governante).

É constatável um problema de fragmentação crescente e contínuo das identidades e ideologias docente e discente, pois os sujeitos sociais mudam de lugar ao

longo da história e rompem com estruturas ideológicas e identitárias fixadas e cristalizadas.

A modernidade tardia é reflexo dessa desestruturação histórica, social, econômica e educacional existentes em todo o contexto constitutivo da nação brasileira.

As mudanças educacionais ocorridas a partir de 1960 são refletidas nos dias atuais. Assim como houve a expansão e democratização da educação básica, era esperado que houvesse também essa mesma expansão e democratização do ensino superior.

O REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades –, em 2007, entra em cena com este objetivo: ampliar a oferta da educação superior, reestruturar o currículo acadêmico, renovar a proposta pedagógica, desenvolver e aperfeiçoar os cursos de graduação, inovar com políticas de inclusão, dar assistência estudantil a fim de eliminar a evasão, e inovar com políticas de extensão universitária.

O acesso às universidades está sendo facilitado. Com as cotas, com o ENEM, com a isenção de taxas dos vestibulares para estudantes de escolas públicas o ingresso das classes populares ao ensino superior é crescente e facilmente observável.

Observável também é a preocupação e intervenção da elite nessas questões. A elite quer eliminar as cotas, eliminar a expansão do acesso ao ensino superior, eliminar a possibilidade de igualar intelectualmente as classes populares com as classes elitistas, apoiando a meritocracia de quem estudou em escolas que possibilitam o difícil e concorrido acesso às universidades (a meritocracia elitista).

Esta luta da elite, porém, está perdendo forças. A nação brasileira é formada, em sua grande maioria, por classes populares. Estas classes populares estão ganhando espaço no quadro social.

Fica a pergunta para reflexão: para onde a elite (docente e discente) emigrará agora?

4. DISCURSO E FRAGMENTAÇÃO

Segundo Thompson (2011), a fragmentação é uma forma de operação da ideologia.

As relações de dominação podem ser mantidas sem que as pessoas sejam unificadas em coletividade. Em vez disso há uma segmentação dos indivíduos de determinado grupo social que, por apresentar essa fragmentação da identidade coletiva, se transformam em um desafio real aos grupos dominantes, pois corroboram com o rompimento de ideologias estabelecidas.

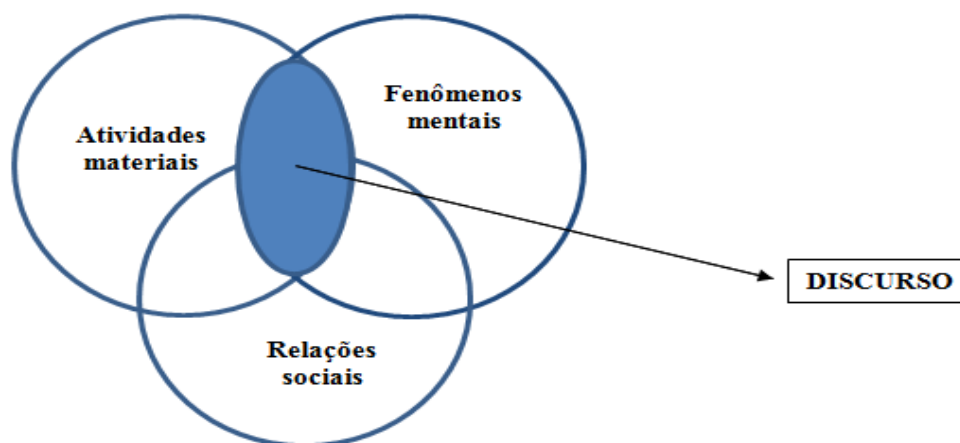
A sociedade brasileira passou por um processo constitutivo complexo e marcante. Este processo definiu a estrutura do Brasil. Temos uma elite dominante rica, uma classe média em constante crise identitária, e uma classe pobre. É perceptível a grande desigualdade social no país, no entanto nossa constituição é composta pelo seguinte preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, *destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos*, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL. Constituição 1988). *Grifo meu.*

O artigo 5º traz texto semelhante quando diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL. Constituição 1988).

A Análise do Discurso Crítica possibilita a conscientização crítica dos seres envolvidos nos processos sociais, e a partir dessa conscientização discursiva é possível produzir mudanças na sociedade pelas *práticas sociais*, mudanças que beneficiem de fato a classe que sofre com a pobreza, com a miséria e com as injustiças sociais. Mudanças que tragam efetiva igualdade e liberdade prevista pela Constituição Federal de 1988.

Chouliaraki e Fairclough (1999) identificam 04 (quatro) momentos da prática social: atividade material, relações sociais, fenômenos mentais e discurso. O discurso encontra-se na inter-relação dos outros três momentos da prática social. É possível verificar essa estrutura na seguinte imagem:



Os discursos são constituídos a partir da interação entre as *atividades materiais*, indicada pelas práticas culturais ou sociais do consumo e seus vínculos, na perspectiva das marcas; as *relações sociais* estabelecidas pelos indivíduos e os *fenômenos mentais* que são crenças, valores e desejos.

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), as atividades materiais implicam em formações discursivas que se dão em um conjunto específico de relações sociais, e geram fenômenos mentais específicos. Assim, as práticas sociais podem ser referentes à política, à economia e à cultura e, geralmente estabelecem relações permanentes.

Perceber essas articulações permite criticar o discurso e possibilita também mudanças sociais como forma de alterar as formações mentais e as percepções dos fenômenos sociais com vista às práticas sociais emancipatórias do dia-a-dia.

Esses discursos, em sua maioria, reproduzem a ideologia dominante pregada pelas instituições estabelecidas em nossa sociedade como a igreja, a família e principalmente a escola.

Essas três principais instituições foram perpetuadas e cristalizadas ao longo da construção social do Brasil. Elas representam controle social e garantem que o indivíduo seja um ser social que se encaixe na estrutura configurativa da sociedade brasileira, que façam parte da nação e do povo brasileiro. Elas legitimam a *tradição* tornando-a justa e digna do apoio da população; elas dissimulam, ou seja, ocultam ou negam as relações de dominação e poder existentes na sociedade, fazendo com que

exista a ideia de democracia e de poder na mão do povo; e elas unificam a sociedade, ou seja, formam a unicidade e a identificação coletiva tentando ignorar as diferenças individuais e consolidando a ideia de *igualdade á todos*.

Porém, como foi exposto nas seções anteriores, esse indivíduo com senso de unicidade, de pertencimento, de fazer parte de um povo e de uma nação está tendo sua identidade fragmentada a partir da rede ideológica de dominação.

Existe na sociedade moderna tardia o processo de fragmentação, ou seja, o indivíduo passa a refletir e se questionar dos valores e verdades pregados pela ideologia dominante, visualizando agora as inúmeras possibilidades de crenças. Esse processo de fragmentação identitária é refletido no sistema educacional do país, tanto no meio docente como discente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Freitas e Biccass (2009), a educação, propiciada pela instituição escolar, passou a ser um instrumento a serviço da democratização. As novas propostas educacionais visam um modelo reflexivo que seja capaz de “conduzir o educando ao desvendamento permanente da realidade” (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 230), a fim de que haja transformação e libertação que contribuam para desmistificar a realidade opressora.

A Análise do Discurso Crítica, como vimos, cumpre o papel de desmistificar a realidade opressora quando se propõe a analisar os discursos proferidos e conscientizar criticamente os indivíduos sociais a partir da ideologia arraigada nos discursos. A ADC reconhece o potencial emancipatório das práticas comunicativas.

Essas ideologias, com o passar do tempo, foram sendo reestruturadas conforme as mudanças socioculturais foram sendo constituídas. E, por causa da nova organização estrutural das sociedades de acordo com as necessidades que surgiram, as identidades antes estabelecidas e fixadas foram rompidas e reconfiguradas, porém não foram ainda estabelecidas de forma a dar unicidade e senso de pertencimento aos indivíduos.

Temos uma sociedade fragmentada, estratificada, individualizada e deslocada socialmente. Sociedade sem senso de comunidade, sem a ideia de fazer parte de um todo maior.

Este processo de fragmentação identitária é mais perceptível ainda nas instituições escolares públicas, formadas em sua maioria por pessoas de classe média baixa, onde alunos depredam o patrimônio social, a sua própria comunidade, os professores e as autoridades educacionais.

Todo o ambiente escolar público é desvalorizado, pois quem o frequentam são pessoas pobres, sem condição financeira de pagar uma escola privada, com isso há a migração dos educadores desvalorizados para outras instituições que proporcionem prestígio tanto social como econômico.

Paulo Freire (1921) acreditava que a transformação da sociedade acontece por meio da educação. O autor afirma ainda que as relações entre educador e educando estão impregnadas das desigualdades sociais existentes no Brasil.

A relação, a interação e a troca de experiências entre o professor e o aluno faz com que a prática pedagógica seja também uma prática política. A educação não é um processo neutro, muito pelo contrário, é um processo repleto de práticas políticas cheias

de (segundas) intenções. É impossível negar o caráter político e as relações de poder existentes na educação.

É necessário que o educador, consciente de seu papel formador, se aproprie dos conhecimentos oferecidos pela Pedagogia Radical a fim de proporcionar aos alunos o pensamento crítico libertador e contra-hegemônico para que possa transformar a sociedade:

É nesse sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada a certas práticas claramente políticas de mobilização e organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica. (FREIRE, 1921, p. 25).

De acordo com Freire (1921), o processo educativo não é um processo puramente educacional. A escola, como instituição, ou reproduz a ideologia dominante ou nega esta ideologia confrontando-a com a realidade. Por esse motivo é inviável uma educação neutra.

O professor, como agente do processo educativo, precisa estar ciente de sua grande influência para com os alunos, e ser coerente em seu papel como educador e formador de sujeitos cidadãos, a fim de não manipular os educandos, mas fazer com que estes tenham uma ampla visão do mundo e de suas possibilidades.

Dessa forma, acredita-se na instauração de uma sociedade justa, compreensiva e bela.

Do ponto de vista de uma tal visão da educação, é da intimidade das consciências, movidas pela bondade dos corações, que o mundo se refaz. E, já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais. (FREIRE, 1921, p. 29).

Para que esse quadro educacional tenha uma nova cara, a fim da reconstrução da sociedade, é necessária a participação consciente e efetiva do povo como sujeito ativo na sociedade. É necessária a reflexão crítica sobre a realidade nacional, sobre as exorbitantes taxas de analfabetismo, desigualdade, pobreza e fome.

É necessário que o povo esteja consciente de sua história, de sua realidade. Do domínio econômico, social e cultural que a ideologia dominante impõe. Seja participante ativo e crítico em nosso país.

Apenas a educação possibilita encarar e mudar tantos problemas sociais:

No fundo, o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo, é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem, mas sabem que sabem. (FREIRE, 1921, p. 32).

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Escócia: Universidade de Edimburgo, 1999.

DIAS, Juliana de Freitas. *Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v 12 (2), UnB: 2011.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. História social da educação no Brasil (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.